

INFORMATIVO DO TJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



EDITORIAL

A atual administração do TJE vem desenvolvendo estudos, no sentido de apresentar uma nova proposta de regionalização judiciária, que garanta expansão e eficiência no atendimento, e administração da justiça em nosso Estado.

Tal proposta se justifica à medida em que o Estado do Pará, devido ao dinamismo econômico apresentado nos últimos anos assiste a criação de um número significativo de novos municípios, que, pelos preceitos constitucionais, deverão ser transformados em Sedes de Comarcas.

Esses municípios em que alguns casos exercem grande efeito de polarização no espaço onde estão localizados deverão ser regionalizados, levando em consideração um conjunto de fatores que inclui, dentre outros, condições de acesso e comunicação, infra-estrutura e importância socio-econômica do município. Com efeito, tem-se observado que o Movimento Forense é diretamente proporcional aos fatores acima mencionados.

Nesse sentido, os estudos avançam para ampliar o n.º de regiões judiciárias, com a reestruturação das já existentes e a conseqüente incorporação dos novos municípios. A expectativa da presidência é de poder, com mais essa medida, continuar os melhoramentos no atendimento dos servidores judiciários no interior do Estado, sobretudo nas áreas de maior conflito social. O trabalho está sendo concluído para efeito de avaliação e discussão interna, tanto ao nível da Corregedoria quanto perante à Comissão que trata da Revisão do Código Judiciário. Vamos aguardar!



Foto: Arl Souza

Abertura da Exposição no Museu Judiciário

LEGISLATIVO:
aprova projeto de criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas. Pág. 3

EXPOSIÇÃO:
prossegue no Museu a exposição sobre Menor e Violência e o TJE traz Desembargador de Santa Catarina para palestra. Pág. 4

ANTECEDENTES CRIMINAIS:
a repartição Criminal está fornecendo com agilidade as certidões de antecedentes criminais solicitadas pelo público. Pág. 4

CURSOS:
reciclagem de servidores do Tribunal é estendido também para servidores das comarcas do interior. Pág. 3

DIREITOS E DEVERES: o que você precisa saber sobre PASEP e Aposentadoria Compulsória. Págs. 6 e 7

CRIANÇAS, APESAR DE RELEGADA

Não pude escolher meu mundo.
E o universo imundo que me acolheu,
por suas conveniências
cruelmente me distorceu
Discriminado, batido, banido do convívio sadio,
que "estado" alguém me deu!
Neste livro de letras vis,
quantas muretas, muralhas,
quantas malhas me impedem e criam entraves
pra que eu mostre outra cara.
Nos papelões das calçadas, das praças,
nos papelões do Estado,
Coitados, eu e outros
sempre apontados com os dedos sujos,
mordazes de quem desconhece as entrelinhas
do cotidiano, das leis, das ordens sociais,
ou é conivente com elas.
O futuro é incerto!
Certamente, o sonho de bem viver,
O claro amanhecer está muito distante
de acontecer!

ARMANDO SOARES

INFORMATIVO DO TJE

Circulação dirigida aos
integrantes do Poder Judiciário.

Distribuição gratuita.

Tiragem: 2 mil exemplares.

Responsabilidade: Secretaria de
Administração do TJE.

Periodicidade: mensal.

Edição: Glória Lima.

Reg: 8221/92-DRT/Pa.

Colaboradores: Rui Noronha,
Riza Márcia, Terezinha Faria,
Sandra Reis e Ana Regina.

Composto e impresso na
GRAFICENTRO/CEJUP

Uma Guarda Disponível

*Uma sociedade perfeita dispensaria leis
formais e conseqüentemente forças arma-
das, policiais, advogados, ... e guarda ju-
diciária.*

*Entretanto, a humanidade move-se
adaptada à própria natureza do homem —
enquanto individualidade que se deve ajustar
à coletividade — Esta por sua vez, é fru-
to dos valores individuais absorvidos e
manifestados pela experiência de cada um.*

*Assim, por tratarem com público, os
guardas judiciários devem estar conscien-
tes das diferenças de cada ser humano e
preparados profissionalmente, para esse
convívio.*

*A missão fundamental da guarda do
TJE é manter a segurança das instalações
e dos servidores. Sobre essa responsabili-
dade, a guarda é consciente — e tem sido
reconhecimentada, buscando a cada dia, al-
cançar um patamar ideal de desempenho.*

*Entretanto, esta guarda, trata com pú-
blico interno e público externo, lidando com
aspectos, os mais objetivos e subjetivos pos-
síveis. Não é um trabalho fácil.*

*Sabemos que qualquer instituição con-
seguirá, mais facilmente, êxito em sua mis-
são, se todos os segmentos que a compõem
atuarem integrados e harmônicos.*

*O trabalho da guarda será mais efeti-
vo se contar com o apoio de cada membro
do Tribunal. Por exemplo:*

— *Uso do crachá de identificação.*

— *Uso de trajés compatíveis com a se-
riedade e sobriedade desta casa.*

*Todos temos um ideal. O trabalho em
benefício dos homens sob a égide da justi-
ça e da paz, para o qual dedicamos nossa
vontade individual, em busca de uma von-
tade coletiva.*

*De nossa parte, embora duros, não
pretendemos perder a ternura!*

*Coordenador de Segurança e Vigi-
lância.*

Legislativo aprova criação de Juizados Especiais

O Projeto de criação do Juizado Especial de Pequenas Causas, que tramitava desde 1990 na Assembléia Legislativa foi aprovado em primeiro e segundo turnos.

A Comissão Especial instituída pela Presidente do TJE, que tem à frente Teresa Cativo, para acompanhar na Assembléia, os assuntos de interesses do Judiciário, conseguiu acelerar a aprovação.

O Projeto está agora com o Executivo, para ser sancionado, quando o TJE deverá fazer a imediata instalação para o funcionamento do Juizado Especial. Com isso será possível aplicar a revelia, no caso do não comparecimento de uma das partes, nas audiências de instrução e julgamento, quando não houver acordo entre as partes.

Tomadas de Preços

Em fase de adjudicação, na Comissão Permanente de Licitação as seis tomadas de preços, já autorizadas pelo Tribunal, para a construção de fóruns e residências de juízes, nos municípios de Tailândia, Moju, Cametá, Garrafão do Norte, Altamira e Tucumã.

Ainda este ano, mais obras serão construídas em São Francisco do Pará, Redenção, Dom Eliseu e Bom Jesus do Tocantins, após a efetivação dos termos de doação das áreas, nos respectivos municípios, para a implantação da base judiciária.

Mais licitação: em fase de execução a Tomada de Preços nº 014/93, referente a segunda etapa do Plano de Informática do TJE, que prevê a aquisição de equipamentos e programas de processamento de dados.

Cursos para servidores do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça está oferecendo três diferentes cursos aos servidores, cumprindo uma das metas da atual administração, que é a de melhor qualificar os funcionários do TJE.

INICIAÇÃO À INFORMÁTICA: Turmas E, F e G, com 16 (dezesseis) participantes em cada turma. O curso é coordenado e ministrado pela equipe do Departamento de Informática do Tribunal e dirigido para técnicos e Assessores dos Desembargadores, dentro do plano de informatização aprovado pela Presidência do TJE.

O CURSO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL para servidores do interior do Estado, constando as disciplinas *Relações Humanas e Técnica de Redação e Gramática*, com área de concentração na região do Baixo Amazonas, em Santarém. O curso será realizado no período de 22 a 26 de novembro, com a carga horária de 40 horas e terá a presença de 40 participantes, com a coordenação da Escola Superior de Magistratura, ministrado pelos professores *Ida Moreira e Meirevaldo Paiva*.

SEGURANÇA DE INSTALAÇÕES E DIGNATÁRIOS 2 cursos dirigidos aos integrantes da Guarda Judiciária e aos agentes de segurança (motorista), visando uma reciclagem nos conhecimentos específicos sobre a missão que desempenham. Está sendo realizado na Academia de Polícia Civil do Estado do Pará — ACADEPOL, com carga horária de 160 horas/aulas, englobando disciplinas como *Relações Humanas, Primeiros Socorros, Noções de Direito Penal, Prevenção e Controle de Incêndio, Treinamento Físico, Defesa Pessoal, Armamento, Tiro e Técnicas Operacionais*. O curso será ministrado em três turmas, adotando-se medidas emergenciais para compensar o afastamento temporário dos participantes, de modo que não haja prejuízos, nos serviços que esse pessoal já executa.

Certidões de antecedentes criminais fornecidas agora com mais rapidez

Já se encontra em memória magnética os 60 mil nomes com antecedentes criminais, que constam na repartição criminal registrados em quatro pesados livros. As certidões solicitadas pelo público, eram fornecidas em oito dias e atualmente está sendo, em apenas qua-

tro dias, com perspectiva de diminuir bem mais.

O armazenamento desses registros teve a orientação do Roberto Saleme do setor de Informática, juntamente com a Diretora do Fórum Criminal e dos servidores Claudete Borges, Eliete dos Santos e Joaquim de Lima Neto.

Menor e Violência

Foto: Ari Souza

Foi aberto no dia 13, a IV Exposição do Museu judiciário com o tema "Menor e Violência" e contou com a presença de servidores da casa, advogados, estudantes e crianças. A mostra reflete as várias formas de violência praticada contra o menor que não é só física, mas também, está na precariedade dos sistemas de saúde, educação e lazer, ilustrados nos painéis produzidos pela equipe do Museu e também, nos objetos feitos em oficinas das instituições que trabalham com crianças e adolescentes carentes.

No salão de exposição do Museu (térreo-do Palácio da Justiça), no horário das 09 às 17 horas, estão sendo feitas as inscrições para o concurso de redação, para alunos de 1.º e 2.º graus, matriculados ou não e o Tribunal premiará as três melhores



Painel denuncia violência contra menores

redações.

A mostra poderá ser visitada até o dia 5 de novembro, quando o Desembargador Antônio Amaral, do TJE de Santa Catarina, um dos articuladores para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, fará uma palestra sobre o "O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Novo Direito". "Revisão Constitucional", às 10 horas, no salão Rui Barbosa, no 4.º andar. Venha conferir.

Curtinhas

NOVA DIRETORA FINANCEIRA — Tomou posse no gabinete da presidência a nova diretora do departamento financeiro do TJE. Celeste Angela Dias Lobo, técnica assistente substituirá a servidora Ruth Parente que pediu exoneração do cargo. Esta escolha representa o reconhecimento à capacidade e dedicação da funcionária, que por mais de 20 anos desempenha suas atividades no Tribunal.

CAIXA DIRETA — *Instalada na entrada do prédio do TJE, no anexo II, a Caixa Direta teve grande receptividade. A Secretaria de Administração está organizando os pedidos com as críticas e sugestões depositadas na caixa. Utilize a Caixa Direta e participe mais efetivamente na busca da melhor qualidade de vida dos servidores e usuários do Poder Judiciário.*

ANTECIPAÇÃO SALARIAL — Cumprindo a política salarial adotada pelo Tribunal de Justiça, foi concedido a título de antecipação salarial no mês de outubro, a todos os servidores ativos e inativos, o percentual de 35,63 por cento de aumento nos salários. Este percentual representa a inflação integral do mês anterior, com base no índice fixado pelo IBGE. Em novembro será discutido o reajuste para o restante do trimestre, observando-se a capacidade financeira do Tribunal.

I ENCONTRO SOBRE JPC — *O I Encontro sobre Juizado de Pequenas Causas (JPC), ocorrerá de 1 a 3 de dezembro, na Escola Superior da Magistratura. Já está confirmada a participação da Des. Fátima Nancy, de*

Brasília, que fará uma exposição. Será também convidado um magistrado de um estado, onde já funcione juizado na esfera penal.

O coordenador do JPC, Paulo Frota, Juiz de Direito e Adelino Noronha, Coordenador da Escola estão tomando todas as providências para o evento, que conta com o total apoio da Des. Nazaré Brabo, Diretora da Escola e a Des. Maria Lúcia Marcos dos Santos, Presidente do TJE.

TUCURUÍ INSTALA JPC — Com as presenças do Coordenador do JPC, do Chefe do Cerimonial-Paulo Ledo, Juiz da Comarca e representantes da OAB do Pará, foi instalado o JPC em Tucuruí no dia 22 deste mês.

Os Juizados em comarcas representam mais um passo da Presidente do TJE, em seu ideal de melhorar o acesso à Justiça, cobrindo com maior número possível de Comarcas os JPCs.

CONCURSO PÚBLICO — *A Comissão instituída pela Presidente para viabilizar o concurso público para preenchimento de cargos no TJE está tomando as últimas providências. O Edital poderá ser publicado dentro de poucos dias e constará todos os programas para os vários cargos ofertados (Escrivão, Escrevente, Aux. de Informática, Aux. Judiciário, Comissário, Aux. de Serv. Gerais).*

A Comissão presidida pela Juíza Ivone Santiago está negociando junto a Caixa Econômica para que, matriz e filiais façam as inscrições, afim de evitar as intermináveis filas.

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

Instituído através da Lei Complementar nº 8, de dezembro de 1970.

Terão direito ao abono anual os participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos, até 20 de janeiro de 1989, e que tenham ganho no ano base 1992, (soma das remunerações auferidas em uma ou mais entidades) mensal de até dois salários-mínimos e trabalhado pelo menos 30 (trin-

ta) dias; e que tenham sido corretamente relacionados na RAIS (Relação Anual de Informação Social).

Os servidores que preencherem os requisitos exigidos para o recebimento do abono, devem dirigir-se ao Banco do Brasil S.A., na Av. Conselheiro Furtado observando o seguinte cronograma:

PASEP

CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS/EXERCÍCIO 93/94

<i>FINAL DA INSCRIÇÃO</i>	<i>INÍCIO</i>
<i>0 ou 1</i>	<i>14.10.93</i>
<i>2 ou 3</i>	<i>10.11.93</i>
<i>4 ou 5</i>	<i>09.12.93</i>
<i>6 ou 7</i>	<i>12.01.94</i>
<i>8 ou 9</i>	<i>09.02.94</i>

SAQUE DE RENDIMENTOS DO PASEP E DO ABONO SALARIAL

*** QUEM PRECISA FAZER PEDIDO DE SAQUE:**

Os participantes que não fizeram retiradas entre out/92 e abr/93

*** PRAZO PARA FAZER O PEDIDO:**

Início: dez dias antes da data prevista para o pagamento da sua inscrição

Término: 08/abr/94

FINAL DE PAGAMENTO: 29/ABR/94

*** QUEM NÃO PRECISA FAZER PEDIDO DE SAQUE:**

Aqueles que fizeram retiradas entre out/92 e abr/93

*** CASO O EMPREGADOR PARTICIPE DO SISTEMA FOPAG, O SERVIDOR RECEBERÁ SEU BENEFÍCIO ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MÊS DE OUTUBRO/93**

SAQUE DO SALDO DA CONTA

*** MOTIVOS QUE HABILITAM AO SAQUE:**

Aposentadoria, invalidez, Lei 7670/88, transferência para a reserva remunerada ou reforma de militares, falecimento e inatividade aos 65 anos para homem e 60 anos para mulher.

*** PRAZO PARA FAZER O PEDIDO: 08/abr/94**

*** PERÍODO PARA PAGAMENTO: 22/set./93 a 29/abr./94**

Aposentadoria conforme a Constituição Federal

Trata-se, como diz Maximiliano (Comentários à Constituição Federal Brasileira, pág. 764), de "UM INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL CRIADO PARA EVITAR QUE A MISÉRIA SURPREENDA OS VELHOS SERVIDORES DO ESTADO, QUANDO IMPOSSIBILITADOS DE TRABALHAR".

Esta ocorre nos seguintes casos:

I — Por invalidez: (C.F. art. 40, I)

a) com proventos integrais quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

b) com proventos proporcionais nos demais casos.

II — Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço. (C.F., art. 40, II).

III — Voluntariamente: (C.F., art. 40, III)

a) aos trinta e cinco anos de serviço se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais esse tempo;

c) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade (§ 30, art. 40 C.F.).

Somente para esses dois efeitos.

Da Aposentadoria Compulsória

O Tribunal de Justiça do Estado adotou a Resolução nº 12.718 do Tribunal de Contas do Estado que aprova a Instrução Normativa a respeito das condições indispensáveis a serem observadas pelos Órgãos e unidades administrativas estaduais, visando ao efetivo controle do afastamento de servidores estaduais lotados nesses Órgãos e cuja aposentadoria ocorra compulsoriamente.

A Secretaria de Administração junto ao Departamento de Recursos Humanos — DRH já deu início ao cumprimento dessa Instrução Normativa, e faz saber aos funcionários e serventuários desta egrégia Corte, dos seguintes procedimentos:

I — No caso de aposentadoria compulsória o servidor será notificado por escrito e com cópia, determinando e cientificando-o de que, nos termos da Constituição Estadual deve afastar-se do serviço público, tão logo atinja a idade limite prevista em lei;

II — O aposentando assinará cópia da notificação, aguardando, afastado do exercício do cargo, apenas a realização dos atos legais declaratórios de sua aposentadoria;

III — Fica a Divisão de Administração de Pessoal responsável pelo controle das informações pertinentes a matéria, para o fiel cumprimento dos itens I e II, cuja inobservância incorrerá às sanções previstas no art. 72, combinado com o art. 74, inciso IV da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993.

ANIVERSÁRIOS DE NOVEMBRO

A Administração do TJE parabeniza os aniversariantes do mês de novembro, são estes:

01 — Joaquim Benigno de Brito Nunes, Paulo César Barros Vasconcelos; 02 — César Augusto Dias Lobo Júnior, Des. Hamilton Ferreira de Souza, José Adelino Soares Noronha, Orlando Pereira, Rosita do Socorro R. Marques; 03 — Adalberto Tavares Gouveia, Adriana de Nazaré de Nascimento Frazão, Alonso Mariath Guimarães, Des. Humberto de Castro, Maria Maria Djanira Caldas de Souza; 04 — Leonel Almeida Magalhães, Maria Goreti de M R Monteiro, Maria José de Campos Laneira, Raimunda Zélia Pereira da Silva; 05 — Angela Maria de Vilhena Martins, Maria do Socorro G Azevedo, Vara Maria do Carmo Vale; 06 — Juíza Edith Ribeiro Dias, Juiz Enivaldo da Gama Ferreira, Evandro Teixeira de Azevedo Junior, José Anivaldo Rosendo da Silva, Kedima Pacifico Lira, Rosely Conceição Souza; 07 — Josilda de Almeida Ribeiro, Raimundo Nonato da S Menezes; 08 — Aldo Macedo Botelho, Pretor do interior Geraldo Cunha da Luz, Gilvana Ribeiro Freitas; 09 — Juiz Álvaro José Norat de Vasconcelos, Ana Lúcia Aquino Barbosa, José Carlos Guimarães Silva, José Lauro da Costa Filho, Leocadia Noleto da Costa, Maria de Nazaré Costa de Andrade, Onéide Maria Barros da Silva, Reinaldo Carvalho Lima, Teodoro Pedro de Souza; 10 — Antonio Carlos Silva dos Santos, Ilza Rodrigues Pereira, Juíza Italzira Bittencourt Rodrigues, José Maria Pereira, Lucineide do Socorro Sales Freitas, Juiz Michel Pinheiro, Orivaldo dos Santos Gomes; 11 — Antonio Nery de Souza Júnior, Antonio Neusivaldo de Lima Magalhães, Pretor Jahir Galvão de Lima, Juiz José Maria Teixeira do Rosário, Josias Alves da Silva, Maria Célia de Figueiredo, Juiz Pedro Pinheiro Sotero, Raimundo Adalton Alves Martins, Sebastião Rubens da Silva Pontes; 12 — Alcindo de Souza, Ana Graziela de Oliveira Losada, Renato Diogo R. do Nascimento; 13 — Antonio Alves da Cunha Neto, José Luiz Brasil de Salge, Laércio Borges da Silva, Marcia Lúcia Nunes Marinho, Maria de Nazaré de C. Rendeiro, Sidney Abdon Guedes; 14 — Angela Maria Donatelli, Augusto Cesar Borralho Ferreira, Juíza Heraldal Dalcinda Blanco Rendeiro, Hilaneí Silva Rabelo, Maria Aparecida Pereira de Brito, Terezinha Moraes Gueiros, Zenilda Pereira Leite, 15 — Cícero Rodrigues, Eliana Santos Trindade, Gonçalo Monteiro, Kátia Maria Leão Amorim, Manoel Deodoro de Araújo, Nélcio das Graças Rezende, Orlando José Paixão;

16 — Edgar dos Santos, Juíza Eva Maria Pinto da Silva, Hamilton Pinheiro de Araújo, Sandra Maria Losada Maia, Telma Sueli Souza do Rego; 17 — Des. Agnano de Moura Lopes, José Roberto Maia Gordo, Luís Celso Acácio Barbosa, Paulo José Ferreira da Silva, Raimundo Francisco Lima, Ruy Celso Ferreira Moura; 18 — Manoel Oliveira de Farias, Maria de Fátima da Silva; 19 — Alacide Tavares Monteiro, Antonio Jalino Valente Cota, Francisca Manito de Lima, Manoel Leandro Pamphilo, Maria das Graças Garcia Chermont, Maysa Barbalho dos Santos, 20 — Carla Miriam Fonseca Pinto de Almeida, Catarina do Socorro Marques da Costa, Pretora Eliana Pacheco Cortés, Rex Maria Ribeiro Vieira; 21 — Des. Ary da Motta Silveira, Ivan Almeida Sanches, Jaime Marcos Vaz dos Santos, Jairo Lopes Coelho, João Afonso S. Monarcha, Leonete Carvalho Ferreira Mendes, Maria do Socorro Cardoso Neves, Maria Veras Alves de Campos, Mary Conceição Lima Frazão, Sidalia Souza; 21 — Do Amaral, Sílvia Roberto Souza da Silva, 22 — Antonio Pinto Lisboa, Hélio Bezerra de Freitas, José Elias Rufino de Matos, Marco Antonio Sarmento Pinheiro; 23 — Ana Lúcia Pinheiro de Aquino, Antonio Fausto Martins Nunes, Evilásio José Mendes Costa, Márcio Joaquim Moreira dos Santos; 24 — Adauto José Soares Nascimento, Antonio Magalhães da Silva Filho, Augusto João Alamar, Eglantina Bastos de Carvalho, Joana Amaral do Rosário, Josette de Jesus Lassance Maya, Maria Firmina Souza Freitas, Moacyr Ubiraci Santiago, Pedro Almeida da Silva Júnior; 25 — Ana Cláudia Miranda de Freitas, Jair Nery Júnior, Juliomar Nunes Lemos, Marta Cristina Arduck Ferreira Gabriel, Newton Nogueira da Silva Júnior, Paulo Henrique da Silva Rodrigues; 26 — Antonio Ailton Benone Sabba, Iracéla Carvalho de Araújo, João Xavier Pantoja, José Marques da Silva Filho, Júlio César Nascimento de Souza, Reinaldo Virgens da Silva, Ronaldo do Socorro Leão Nazaré; 27 — Fabíola Bestene de Oliveira Almeida, Hamilton Barbosa Imbiriba, Maria das Graças Martins, Raimunda Costa das Mercês; 28 — Crisálida Pantoja Soares, Juiz Leonardo de Noronha Tavares, Nathan David de Oliveira; 28 — Bueres; 29 — Lázaro Pereira do Carmo, Maria de Fátima da Silva Chagas, Maria de Nazaré Cota da Silva, 30 — André Saraiva da Silva, Jairton Araújo Andrade, Juiz Roberto Gonçalves de Moura, Juiz Ruth Nazaré de Couto Gurjão, Vania Ribeiro de Andrade.

Num. 341.3

Título: Informativo TJPA.

acom
rer ex
car o
de De
explic



Ex. l. v. l. n. 6. out. 1993 TJE-PA BC

11830
20364

le outubro

Dentista

úblico